

Centro: Saude

Curso: Serviço Social

Título: PARA PENSAR A INTEGRALIDADE NO ATENDIMENTO : ASSISTÊNCIA SOCIAL X SAÚDE MENTAL.

Autores: Faria, G.G.

Email: fwgf@bol.com.br

IES: UNESA

Palavra Chave: Proteção social Suas Transferencia de Renda

Resumo:

O presente trabalho tem como indagação a seguinte questão: Como avançarmos nos processos de desinstitucionalização sem que estejam garantidos no aparato institucional mecanismos de suporte social, tento em vista ser o paciente sem família e com vínculo precário um dos desafios para a reforma psiquiátrica? Antes de situarmos a questão, é preciso entender que a exclusão social do alienado por meio do asilamento era entendida como medida terapêutica necessária para a reabilitação. Contudo, historicamente o alienismo instaurou a cronicidade dos casos e violação de direitos humanos. Com os movimentos sociais se preconizou a ruptura da lógica tutelar como estratégia de desinstitucionalização recomendada pela psiquiatria moderna. Dessa maneira, a saída dos usuários do hospital psiquiátrico põe impactos à família do portador de transtorno mental, sobretudo encargos financeiros, sociais, subjetivos, além do preconceito do peso do “capital simbólico” atribuído à loucura propenso ao isolamento. O segundo ponto é a repercussão da onda neoliberal na estrutura familiar em que os familiares destes segmentos mais pauperizados, pressionados pela crise econômica, pela precariedade em suas condições de vida e de trabalho, vêem muitas vezes no hospital psiquiátrico uma saída para o alívio deste peso. À medida que tal cuidado coloca exigências específicas ao grupo familiar este precisa construir estratégias, buscando dividir com o Estado tal encargo com seu paciente. Na atualidade os hospitais psiquiátricos não são mais o centro da gravidade, há uma rede de cuidados. No entanto, tais cuidados podem significar situações conflitantes, uma vez que nem todas as famílias estão aptas a provê-los. Mas como exigir da família maior dedicação em tempos de ondas globais de individualismo desenfreado com pouco ou nenhum lugar para ações coletivas? Diante disso, é preciso criar outros mecanismos de suporte dê conta das múltiplas determinações que envolvem o sofrimento psíquico, logo, torna-se mister retirar a saúde mental do eixo terapêutico e colocá-la no eixo da saúde social com ações que tenham trânsito entre o âmbito político-jurídico, sócio-cultural, teórico-conceitual, técnico-assistencial, promovendo um diálogo estreito com vários saberes que certamente propõem outro lugar social para a família e para a manifestação da loucura, a medida que esta demanda é a mesma atendida nos dispositivos da Assistência Social na figura de um sujeito plural, com sua história, sua vida cotidiana e não somente como portador de sofrimento mental. Assim, a abordagem intersetorial é aqui posta, como desafio para gestão das políticas sociais privilegiando a integração destas, buscando superar a fragmentação, respeitando as especificidades de conhecimentos que implicam em modelos integrais que garantem ao usuário e as famílias suporte social, geração de renda, ou seja, ação conjunta com as demais políticas. Nesta feita, a institucionalidade posta pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social, propõem romper com a separação, configurando uma perspectiva universal das ações de proteção social àqueles segmentos em situação de risco social, com precário acesso aos serviços públicos, donde se pretende a partir do princípio matricial oferecer serviços de proteção básica nos - Centros de Referência da Assistência Social, voltados para a construção de espaços de convivência comunitários e familiares, potencializando atividades voltadas ao lazer, à troca de experiências, o fomento de uma ampla discussão acerca da desmistificação da doença, em defesa da vida e dos direitos sociais. Nesta ordem, a articulação intersetorial entre saúde mental e assistência social torna-se basilar para um maior impacto na vida destes sujeitos, como um caminho de novas respostas e novas demandas para cada setor, onde o resultado será inclusão e extensão de direitos de um público com dificuldade de acesso pelas limitações de seu sofrimento.

